

1 **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**  
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**  
3 **NO DIA CINCO DE NOVEMBRO DE 2014, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos cinco  
4 dias do mês de novembro de dois mil e catorze, instalou-se a 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica  
5 Consultiva (CTC) do CEIVAP, na sede da AGEVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes**  
6 **membros:** Minas Gerais – Paulo Afonso Valverde Jr. (CESAMA), João Emídio Lima da Silva (IAVARP),  
7 Matheus Machado Cremonese (PREA); Rio de Janeiro – Leonardo Fernandes (INEA), Antônio Carlos Simões  
8 (CSN), Eduardo Dantas (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida), Roberto Machado  
9 (Instituto Rio Carioca); São Paulo – Edilson de Paula Andrade (DAEE), Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA);  
10 **dos seguintes convidados:** Marilda Cruz Lima da Silva (IAVARP), Elias Adriano dos Santos (ADCM –  
11 Quéluz), Aline Alvarenga (AGEVAP), Aline Sousa (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP); **e justificadas as**  
12 **seguintes ausências:** Deivid Oliveira (FIEMG), Virgílio Furtado (AMPAR), Renato Veneziani (SABESP), Luiz  
13 Roberto Barretti (ABES/SP), Teresa Paiva (EEL/USP), João Gomes (UENF), Zeila Piotto (CIESP); **para tratar**  
14 **da seguinte pauta: 1** – Aprovação das atas das últimas reuniões; **2** – Análise da minuta de Deliberação  
15 CEIVAP, elaborada pela Comissão Especial Permanente, referente à cobrança pelas águas transpostas da Bacia  
16 do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu; **3** – Informes; e **4** – Assuntos Gerais. Conferido o quórum, o  
17 Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, Sr. Paulo Afonso Valverde Júnior, abriu a 6ª Reunião  
18 Ordinária da CTC de 2014, agradecendo a presença de todos e passando para a discussão do primeiro item da  
19 pauta. **ITEM 1: Aprovação das atas das últimas reuniões** – A minuta de ata da 4ª Reunião Ordinária da  
20 Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, realizada no dia 29 de julho de 2014, e a minuta de ata da 5ª Reunião  
21 Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, realizada no dia 13 de agosto de 2014, foram aprovadas  
22 sem nenhuma correção a ser feita. **ITEM 2: Análise da minuta de Deliberação CEIVAP, elaborada pela**  
23 **Comissão Especial Permanente, referente à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do**  
24 **Sul para a Bacia do rio Guandu** – O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) comentou brevemente o trabalho feito até  
25 se chegar a minuta apresentada, que incluiu a reativação da Comissão Especial Permanente de Articulação do  
26 CEIVAP e do Comitê Guandu para discussão acerca dos mecanismos referentes à cobrança pelas águas  
27 transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O  
28 Nosso Vale! Nossa Vida) fez um breve histórico falando sobre a criação da Comissão em 2005, sua composição  
29 e a sua reativação em 2014, para atender a demanda solicitada pela CTC do CEIVAP. Explicou que no Guandu,  
30 70% do arrecadado em saneamento têm que ser aplicado em saneamento, 10% tem que ser repassado para o  
31 Estado, e o 15% arrecadado na calha do Guandu, que equivale à cerca de 1,3 milhões, é repassado para a  
32 AGEVAP. Disse que inicialmente a Comissão solicitou à AGEVAP uma apresentação para expor onde os 15%  
33 estão sendo aplicados, e em um esforço conjunto foi elaborada a referida minuta de deliberação. Citou que a  
34 ideia é que os Comitês da bacia do rio Paraíba do Sul possam apresentar projeto e estes possam ser pagos com  
35 recursos do Comitê Guandu. Ressaltou que o que for aprovado no âmbito da CTC, terá que ser aprovado no  
36 CEIVAP e no Comitê Guandu, para depois ser encaminhado ao CERHI, até o dia 9 de dezembro de 2014. O Sr.  
37 Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) comentou que não viu claramente como vai funcionar o andamento do  
38 processo, em relação à análise e priorização dos projetos, por exemplo. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP)  
39 explicou que um grupo menor já vai encaminhar as propostas hierarquizadas. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG  
40 O Nosso Vale! Nossa Vida) reforçou que a ideia é abranger projetos de toda a Bacia do rio Paraíba do Sul e do  
41 Guandu. Os membros da CTC iniciaram uma discussão referente análise da minuta de deliberação apresentada.  
42 O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) citou o artigo 5º da DN, considerando que talvez o próprio Comitê Guandu  
43 tenha que definir a linha temática que ele vai trabalhar. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa  
44 Vida) ponderou que o PAP quem define é o Guandu, e com ele as linhas de ações. A Sra. Aline Alvarenga  
45 (AGEVAP) complementou dizendo que quando forem lançados os editais, os Comitês da Bacia terão que  
46 atender as linhas de ações propostas pelo Comitê Guandu. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) mencionou as notas  
47 técnicas sobre o assunto, elaboradas pelo INEA e ANA, destacando que não há experiência de Comitê de Bacia  
48 ressarcindo outro Comitê de Bacia. Falou também sobre a aplicação e repasse de recursos no âmbito do Comitê  
49 Guandu. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) sugeriu que os Comitês afluentes se  
50 reúnam para alinhar o que pretendem levar como proposta para os 25%. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP)  
51 resgatou que a CTC recomendou a elaboração de uma moção relacionada ao repasse de recursos do setor  
52 elétrico, e esta ainda não foi aprovada, mas está pronta. Sobre a minuta da DN apresentada, destacou que irão  
53 prevalecer as decisões do CEIVAP e Comitê guandu. A Comissão discute e propõe, mas os Comitês são  
54 soberanos, tudo passa pela aprovação das suas plenárias. O Sr. Edilson de Paula Andrade (DAEE) sugeriu  
55 pequenas correções nos artigos 3º e 5º. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) comentou que qualquer  
56 recurso de qualquer projeto que seja feita na região hidrográfica dos Comitês Afluentes já vai ser um avanço. O  
57 Sr. Paulo Valverde (CESAMA) resumiu a discussão falando que existe um engessamento de 15%, o Comitê  
58 Guandu se mostrou disposto a aumentar, e isso é muito importante e relevante para a Bacia como um todo.  
59 Recomendou atenção ao processo como um todo, no sentido de verificar se é juridicamente possível. Sugeriu  
60 atenção ao artigo 3º, e também aos trâmites legais junto ao CNRH. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso  
61 Vale! Nossa Vida) falou que a ideia é aprovar essa minuta na primeira plenária de 2015 do CEIVAP e do  
62 Comitê Guandu, e após essa aprovação, encaminhar para o CERHI. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) concluiu  
63 o assunto dizendo que o conceito foi bem assimilado, e com as discussões a CTC entrou em acordo que há

64 apenas ajustes simples a serem feitos no Art. 3º e Art. 5º da minuta da DN. **ENCAMINHAMENTO** – A minuta  
65 de Deliberação CEIVAP, elaborada pela Comissão Especial Permanente, referente à cobrança pelas águas  
66 transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu foi aprovada pela Câmara Técnica do  
67 CEIVAP, desde que sejam ajustados os Art. 3º e Art. 5º. **ITEM 3: Informes** – Não havendo nenhum informe,  
68 foi dado andamento na reunião. **ITEM 4: Assuntos Gerais** – O Sr. Edilson de Paula Andrade (DAEE) pediu a  
69 palavra e expôs que há 20 anos, quando se falava em desembolso de recursos, comentava-se que a situação era  
70 complicada, porque mesmo com muito recurso disponível, este ficaria parado, porque os comitês não teriam  
71 capacidade para investir. Levantaram que esse sistema tinha que se reinventar, pois com esvaziamento de poder,  
72 alguns Comitês, de fato, não tinham poder. A legislação não dá poder aos Comitês, e, além disso, observa-se  
73 que não é muito a missão do comitê ser um investidor de peso na Bacia, quando sua preocupação está mais  
74 voltada para a gestão. Citou que os Comitês ficaram um tanto quanto omissos, em relação à questão da  
75 transposição, uma vez que quem falou de crise hídrica foram entidades políticas ou independentes. Ressaltou  
76 que é importante ter bem definido os objetivos dos Comitês em todos os aspectos, para não chegar a um ponto  
77 que a sociedade questione, por exemplo, que em 20 anos nada aconteceu. O Sr. João Emídio Lima da Silva  
78 (IAVARP) reforçou a ideia colocada pelo Sr. Edilson de Paula Andrade (DAEE) dizendo que, em sua opinião,  
79 falta mobilização por parte do Comitê em relação a assuntos estratégicos, como o da transposição. Qualquer  
80 instituição que levantar esse assunto vai ser bem vista. Sugeriu levantar a questão junto ao governo federal,  
81 questionando os planos de contingência, uma solução plausível caso haja o agravamento da situação. Em seu  
82 ponto de vista, é viável o Comitê levantar essa questão junto a um órgão superior. O Sr. Roberto Machado  
83 (Instituto Rio Carioca) falou sobre o papel da comunicação em relação ao assunto em discussão  
84 especificamente, mas também de sua importância em relação a todos os acontecimentos no âmbito dos Comitês.  
85 O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) opinou dizendo que a sociedade, como um todo, quando reúne para tratar da  
86 pauta transposição, sempre quer procurar um culpado, e esse não é o caminho. As discussões têm que avançar,  
87 as abordagens, assim como o modelo de comunicação como um todo. Comentou que o problema não será  
88 resolvido apenas com liberação de recursos. O Sr. Rutnei Morato (SOAPEDRA) falou sobre a fragilização do  
89 seguimento da sociedade civil, exemplificando com o fato de que os representantes da sociedade civil têm  
90 dificuldades para ressarcir suas despesas quando participa de reuniões em seus Comitês. Citou a falta de  
91 incentivo para participação nos Comitês, a falta de informação e transparência, visto que ainda existem muitas  
92 pessoas desinformadas em relação à gestão de recursos hídricos, comitês e agências de bacia. A Sra. Vera Lúcia  
93 Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) comentou que os comitês tem se manifestado quanto à questão da  
94 transposição. Usou o exemplo do Comitê Médio Paraíba do Sul que vem realizando reuniões com deputados e  
95 prefeitos de sua região hidrográfica, vem tentando mobilizar a população de alguma forma. A situação está  
96 acontecendo e os Comitês parecem estar perdendo a força. Em sua opinião, passou da hora do Comitê assumir  
97 uma posição e tomar uma providência. Falou sobre sua participação no GTA OH do CEIVAP e trabalho de  
98 acompanhamento das operações hidráulicas na Bacia com a finalidade de administrar a crise hídrica. Ressaltou a  
99 importância da criação de uma campanha de conscientização e racionamento. O Sr. Elias Adriano dos Santos  
100 (ADCM – Queluz) reforçou a ideia colocada anteriormente pelo Sr. Rutnei Morato, que as pessoas não tem  
101 muito conhecimento sobre a política nacional de recursos hídricos, e que seria interessante a realização de um  
102 seminário envolvendo AGEVAP, CEIVAP e ANA para mobilizar a sociedade, levar informação. Tendo em  
103 vista que água é uma questão de segurança nacional, em seu ponto de vista, se a sociedade estiver organizada e  
104 bem informada, ela tem poder. O Sr. João Emídio Lima da Silva (IAVARP) citou que seria interessante pedir  
105 um posicionamento da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República quanto à situação de  
106 estresse hídrico na região sudeste; e junto a isso, seria fundamental um posicionamento do CEIVAP. A Sra.  
107 Aline Alvarenga (AGEVAP) falou sobre a situação da comunicação no CEIVAP, o papel da assessoria.  
108 Explicou que hoje em dia o 7,5% do contrato de gestão do CEIVAP mantém 5 funcionários na AGEVAP, e a  
109 auditoria da ANA proibiu a Agência de enquadrar Assessoria de Comunicação no 7,5%. A AGEVAP  
110 reconhece que a comunicação está muito aquém do ideal, e ainda assim, procura fazer tudo da melhor forma  
111 possível. Mesmo com todos os problemas expostos, a AGEVAP e o CEIVAP são tidos como referência. O Sr.  
112 Paulo Valverde (CESAMA) comentou, sobre a sugestão de encaminhar o assunto da transposição à Secretaria  
113 de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o ofício tem que ser encaminhado pela Diretoria do  
114 CEIVAP, e para tanto, a sugestão precisará ser aprovada pela Diretoria. Não havendo mais nada a tratar, o  
115 Coordenador deu por encerrada a 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP,  
116 agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim, Raíssa Galdino, Secretária *ad hoc*, e,  
117 depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr. Paulo Afonso Valverde Júnior, que presidiu a  
118 reunião.

119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
Resende, 05 de novembro de 2014.

Paulo Afonso Valverde Júnior  
Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP